



## **CONSTITUIÇÃO DE LEITURA PARTINDO DE UMA ENTREVISTA DE SÉRGIO MORO**



### **READING CONSTITUTION BASED ON AN INTERVIEW BY SÉRGIO MORO**

MÁRCIO ARAÚJO DE MELO

ANDREIA NASCIMENTO CARMO

JOÃO DE DEUS LEITE

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS AUTORES  
RECEBIDO EM 30/07/2020 ● APROVADO EM 06/10/2020

---

#### **Abstract**

---

In this article, we carried out an analysis exercise of an excerpt from an interview with the Minister of Justice and Public Security of Brazil, shown on an open TV program and later made available on the youtube channel via internet, demonstrating how the way (s) of reading certain literary text (s) means in certain conditions of production. In this exercise, we aim to reflect on the current situation of the Brazilian educational scenario and the ways of constituting the literature reader in our society. Specifically, we aim to think and problematize the act of reading literary texts in order to explain its effects on the constitution of the subject-reader. Through this work, we seek to show the relevance of social representations of ways of reading for the formation of readers, considering the theoretical perspective of the French Discourse Analysis (AD). In this sense, we take as a theoretical-analytical procedure, especially, studies based on the research of Michel Pêcheux (2014 [1969], 2014 [1975]) and Eni Orlandi (2006, 2007, 2015). In this way, we performed the presentation of possible gestures of interpretation for our snippet in investigation.

---

**Resumo**

---

Neste artigo, realizamos um exercício de análise de um trecho de uma entrevista com o Ministro da Justiça e da Segurança Pública do Brasil exibida em programa de TV aberta e, posteriormente, disponibilizada em canal do *youtube* via internet, demonstrando como o(s) modo(s) de ler determinado(s) texto(s) literário(s) significa(m) em determinadas condições de produção. Nesse exercício, objetivamos refletir sobre a atual situação do cenário educacional brasileiro e os modos de constituição do leitor de literatura em nossa sociedade. Especificamente, visamos pensar e problematizar o ato de ler textos literários a fim de explicitar os seus efeitos na constituição do sujeito-leitor. Por meio deste trabalho, buscamos mostrar a relevância das representações sociais de modos de ler para a formação de leitores, tendo em vista a perspectiva teórica da Análise de Discurso francesa (AD). Nesse sentido, tomamos como procedimento teórico-analítico, especialmente, os estudos com base nas pesquisas de Michel Pêcheux (2014 [1969], 2014 [1975]) e de Eni Orlandi (2006, 2007, 2015). Desse modo, efetivamos a apresentação de gestos de interpretação possíveis para o nosso recorte em investigação.

---

**Entradas para indexação**

---

**KEYWORDS:** Ways of reading. Subject-reader. Discourse Analysis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modos de ler. Sujeito-leitor. Análise do Discurso.

---

**Texto integral**

---

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vivemos um momento muito conturbado para a educação brasileira. Isso não inclui apenas dizer sobre a desobrigatoriedade dos componentes curriculares Sociologia e Filosofia da escola básica. Mas inclui pensar, também, nos cortes, ou no modo como o Governo efetiva os contingenciamentos de cerca de 40% nas Universidades Federais e nos Institutos Federais e, mesmo, cerca de 50% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Esses fatos nos devem preocupar, sobretudo, porque representam um olhar específico para um setor de extrema necessidade no país, que é a educação. Quando propostas governamentais optam por cortar ou por contingenciar recursos exatamente em setores que são prioritários para os grupos menos privilegiados de uma sociedade, tais como educação, saúde, segurança e habitação, há uma obrigação de nós, profissionais da área de literatura e de linguística, posicionarmo-nos criticamente.

Ao cortar verbas das Universidades e dos Institutos Federais (o que inclui uma série de programas educacionais como bolsas para a pós-graduação – mestrado, doutorado e pós-doutorado –; para a graduação – PIBIC, PIBID, PET –; e despesas de custeios como pagamento de água e de luz), ao cortar verbas de programas como o FIES que financia os graduandos em universidades particulares, o governo põe em questão a validade de políticas públicas de educação, não apenas para o ensino superior, mas também para a educação básica. Retirar verbas da educação significa, de um modo ou de outro, colocar em questão a necessidade de

haver escolas públicas e, mais ainda, colocar em questão o financiamento público para alunos e alunas estudarem em instituições de ensino superior privados. Há cartas de repúdio de várias associações sobre recolhimento de bolsas de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado dos Programas de Pós-Graduação, que, desde a entrada do governo golpista do Presidente Michel Temer, tem ocorrido. O fato é que ao se retirar recursos da educação que, como todos nós sabemos não são os maiores, se está autorizando ou, na melhor das hipóteses, se está anunciando o fim da escola pública e o fim do financiamento público para se cursar uma graduação ou uma pós-graduação em instituições particulares.

Podemos lembrar, também, que, quando o Ministro da Economia Paulo Guedes anunciou que se está em estudo retirar a dedução no imposto de renda com gastos em saúde e educação, reafirma-se, agora por outro viés, o valor negativo que o governo dá à educação pública e privada no Brasil. Ao pensar que gastos com educação e saúde não devem ser deduzidos no imposto de renda pago, significa que a educação e a saúde não são direitos da população e, portanto, não são obrigações do Estado.

Ditas essas considerações, colocamo-nos no lugar de professores, que, para se formar e exercer uma profissão, dependemos, exclusivamente, da escola pública em todos os níveis. Dependemos de políticas públicas de financiamento direto e indiretamente para fazer e concluir a graduação e a pós-graduação (mestrado e doutorado). Não queremos polemizar em blocos políticos partidários, o que fazemos é registrar a importância dos investimentos em educação, seja na escola pública, seja, ainda, na escola privada por meio de financiamentos. Registramos, também, a necessidade de nós, profissionais da educação, construirmos um discurso de valorização do ensino, além de alterar os modos como produzimos discursos sobre nós, como profissionais da educação, e sobre a escola pública, em todos os níveis. Precisamos enfrentar todos os discursos de desvalorização da educação e do professor.

É urgente que haja uma agenda de valorização da educação no Brasil. É inaceitável, por exemplo, que um anúncio<sup>1</sup> veiculado pela Faculdade Anhanguera, tendo como “garoto propaganda” o apresentador de televisão Luciano Huck, coloque a profissão de educador como subemprego. A propaganda está direcionada para profissionais já graduados que poderiam aumentar sua renda, tornando-se professores. Nesse ponto, não há necessidade de alongarmos uma discussão, gostaríamos apenas de registrar o fato de o anúncio colocar, como já dissemos, a profissão de educador como subemprego e legitimando uma desvalorização salarial e social.

Assim sendo, tecemos algumas considerações sobre essa propaganda à luz da perspectiva da política do silêncio, na esteira da Análise de Discurso francesa. Tratamos do silêncio constitutivo, em que, quando dizemos algo, deixamos de dizer outras coisas, consciente ou inconscientemente. De acordo com o apresentado no anúncio, podemos afirmar que a profissão professor está sendo ressignificada, dado que se tornar profissional da educação significa aumentar a renda mensal de outros profissionais, como algo que complementa ou suplementa

---

<sup>1</sup> Após polêmica, o anúncio foi retirado da mídia pela faculdade. Disponível em: <http://sinpromacae-regiao.blogspot.com/2017/08/anhanguera-retira-campanha-com-luciano.html>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

a sua renda principal. A discursividade da propaganda aponta para a construção da ideia de que se você é advogado/a, contador/a, médico/a, engenheiro/a, bancário/a, dentre outras profissões, bastaria dar aulas no contra turno do trabalho para aumentar a sua capacidade de compra.

Nessa circunscrição, buscamos pensar e problematizar o espaço dado à educação, mais especificamente, no que se refere à formação do sujeito-leitor e aos modos de significação das leituras literárias. De acordo com Orlandi (2015, p. 18), as relações de força estão ligadas ao modo como as produções do discurso são determinadas, visto que “o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa”, sobretudo, para o outro. Assim, em uma sociedade, as formações discursivas nas quais os sujeitos se inscrevem estão ligadas às formas de se construir os discursos, por ela convencioneados. Isto é, além de se pensar a posição que esse sujeito ocupa, é também essencial refletirmos a respeito da imagem dessa posição social perante o outro, constituído como sujeito pela interpelação ideológica.

O procedimento teórico-analítico que assumimos dar-se-á pela perspectiva da Análise de Discurso francesa de orientação pècheuxtiana (AD). Desse modo, destacamos que é indispensável considerar a posição-sujeito para, a partir da mobilização da noção de sujeito, de interdiscurso, de memória discursiva e de silêncio, abordarmos a materialidade que constitui o nosso corpus em discussão, qual seja: um recorte de uma entrevista feita pelo apresentador de programa de televisão aberta Pedro Bial com o Ministro da Justiça e da Segurança Pública Sérgio Moro<sup>2</sup>.

Para dizermos da nossa inscrição teórica, alicerçamo-nos, principalmente, nos estudos desenvolvidos por Michel Pêcheux e por Eni Orlandi, a fim de apresentarmos, a partir da atual situação do cenário educacional brasileiro e dos modos de constituição do leitor de literatura em nossa sociedade, a relevância das representações sociais de modos de ler para a formação de leitores. Da mesma forma, em nosso recorte investigativo, visamos pensar e problematizar o ato de ler textos literários e os seus efeitos na constituição do sujeito-leitor.

Salientamos que o nosso objetivo, neste artigo, não é discutir a ideia de verdadeiro ou de falso, de certo ou de errado. Do ponto de vista discursivo, essa discussão não seria possível. Estamos produzindo gestos de interpretação, partindo, primeiramente, do que foi dito, do que pode ter sido dito implicitamente e do que não foi dito, mas silenciado. Em nosso recorte analítico, especificamente, estamos nos referindo, neste ponto, ao momento em que entrevistador insiste na pergunta sobre o que o entrevistado faz para relaxar.

Sob a perspectiva discursiva, enfocar esse recorte, inserindo-o em uma problematização mais ampla, torna-se relevante, pois tematiza o modo como, em certas condições sócio-históricas e ideológicas, os modos de se ler textos literários vão sendo constituídos e emergem como possibilidades para a constituição de um modelo social de leitor. Cumpre ressaltar que a análise que empreendemos se ancora em um recorte. Contudo, tal recorte é representativo do modo predominante de se significar a leitura literária em nossa sociedade.

---

<sup>2</sup> Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil entre 1 de janeiro de 2019 a 24 de abril de 2020.

## 2. INCURSÃO TEÓRICA

Em uma agenda de reconhecimento do valor da educação, começamos a nossa incursão, nesta seção, pensando na valorização da leitura. Do ponto de vista da AD francesa, a leitura ocorre, quando há um sujeito-leitor. Por sua vez, o sujeito não tem controle do que enuncia, portanto, ele não controla o que lê, pois está afetado pelo real da língua e da história, possibilitando sentidos outros para um mesmo texto. Desse modo, há na leitura uma divisão política, isto é, uma divisão desigual de sentidos.

O sujeito que enuncia tem em vista outro(s) sujeito(s), aquele(s) para quem se endereça a enunciação, a posição em que ele(s) está(ão) e em quais condições de produção ocorrem os enunciados. Pelo viés da Análise de Discurso pêcheuxtiana, compreendemos que há muitas maneiras de significar na linguagem. Nessa medida, consideramos que a constituição dos sentidos acontece em condições sócio-históricas e ideológicas, uma vez que os discursos são formados por uma longa história cultural carregada de “regras pré-estabelecidas” pelo simbólico.

Isto implica dizer que a linguagem se institui como opaca; desse modo, os sentidos podem sempre ser outros. Na “evidência” dos sentidos, o que temos é um efeito de transparência produzido pela ideologia. Assim, os efeitos de sentidos possíveis entre interlocutores podem variar, a começar pelo lugar social em que o sujeito discursivo ocupa e, ainda, pelas circunstâncias do discurso. Isto é, a partir da perspectiva da AD, as condições de produção são constitutivas do discurso. Igualmente, o discurso é o “efeito de sentidos” entre locutores (PÊCHEUX, 2014/1969, p. 81), quando o locutor diz algo, a enunciação dita está suscetível em gerar outro(s) sentido(s) para os seus interlocutores. Assim sendo, para precisar o nosso procedimento teórico-analítico, mobilizamos a noção de sujeito, de interdiscurso, de memória discursiva e de silêncio.

De acordo com Eni Orlandi (2015, p. 29), memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Isto é, a memória discursiva faz parte de uma rede maior de dizeres coletivos que constituem o dizer “individual” do sujeito. De acordo com Michel Pêcheux (2014/ 1975, p. 149), essa rede é o interdiscurso, algo que fala “‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. Os dizeres se realizam pela memória discursiva, pelos ditos anteriores determinados por formações discursivas, que, por sua vez, representam as formações ideológicas que as constituem.

Segundo Orlandi (2015, p. 3), o interdiscurso – esses ditos anteriores – “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. O sujeito esquece que há o interdiscurso e formula seus dizeres por relações parafrásticas determinadas por formações discursivas que o dominam. É importante destacar que os esquecimentos – não como desmemória, mas como parte da constituição do sujeito –, também, teorizados por Pêcheux (2014/ 1975), são definidos em dois tipos. Sendo chamado esquecimento nº 1, aquele que traz a

ilusão necessária de que o sujeito é a origem do seu dizer. Já o esquecimento nº 2 é aquele em que o sujeito acredita que seus enunciados são formulados de modo que não há outro (melhor) que o substitua, o sujeito esquece que o dizer podia ser outro.

Nessa esteira, concordamos com Pêcheux (2014/1975, p. 150) que o sujeito, também, é constituído pelos esquecimentos daquilo que o determina. Para o autor, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”. O indivíduo torna-se sujeito pela identificação estabelecida pela rede de memórias mobilizadas do/no interdiscurso, que institui os discursos que fundam esse sujeito em sua incompletude. Desse modo, o sujeito é constituído ideologicamente e assujeitado à língua – também incompleta – para poder dizer.

Para além dos mecanismos linguísticos pré-estabelecidos historicamente, o sujeito (eu) é efeito de uma interpelação histórico-ideológica, isto é, ele é parte de um dizer coletivo (nós) anterior (esquecido). De acordo com Orlandi (2007), as palavras do sujeito, também, são as palavras dos outros. O sujeito está sempre dividido, está sempre incompleto. Para Orlandi (2007, p. 78/79), “a incompletude é uma propriedade do sujeito (e do sentido), e o desejo de completude é que permite, ao mesmo tempo, o sentimento de identidade, assim como, paralelamente, o efeito de literalidade (unidade) no domínio do sentido”. Ainda, segundo a autora, essa incompletude do sujeito pode ser entendida como tarefa do silêncio: “o sujeito tende a ser completo e, em sua demanda de completude, é o silêncio significativo que trabalha sua relação com as diferentes formações discursivas, fazendo funcionar a sua contradição constitutiva” (ORLANDI, 2007, p. 78).

Orlandi (2007) categoriza o silêncio em duas formas: o silêncio fundador e a política do silêncio. Interessa-nos, para este artigo, a segunda forma, que, por sua vez, possui mais duas formas: o silêncio constitutivo e o silêncio local. Na categoria política do silêncio, para dizer é preciso não dizer. Essa é a dimensão política do silêncio. De modo mais específico, focaremos no silêncio constitutivo. Aquele em que o sujeito diz algo para não se deixar dizer outros sentidos possíveis. Não podemos controlar o silêncio constitutivo, porque sempre que dizemos, ao mesmo tempo, também, não dizemos. É um modo de apagamento dos sentidos que se quer evitar: “podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras” (ORLANDI, 2007, p. 74). Isto é, há, na divisão dos sentidos, aqueles que nos afetam e aqueles que não nos afetam, a depender do lugar que esses sentidos estão sendo produzidos, a partir de uma posição do sujeito.

Filiados à perspectiva discursiva, compreendemos que pensar a valorização da leitura, também, implica articular sobre os modos como os sentidos são materializados. Nessa esteira, corroboramos a concepção de leitura como construção de sentidos, conforme os pressupostos teóricos da AD francesa. Por este viés, compreendemos o sujeito-leitor como aquele interpelado ideologicamente, dadas as suas experiências com a linguagem. Consequentemente, torna-se necessário identificar e problematizar a noção de sujeito-leitor notada a

partir de nosso recorte teórico-analítico. Para tanto, analisamos como o ato de ler é significado (SILVA; MELO, 2018), pensando, também, os modos como o sujeito-leitor é constituído, a partir da representação do hábito de leitura do Ministro da Justiça e da Segurança Pública Sérgio Moro, materializado em uma entrevista concedida para o programa “Conversa com Pedro Bial”, no dia 09 de abril de 2019, na rede Globo de televisão e, posteriormente, disponibilizado via internet no canal do *youtube*.

### 3. OS MODOS DE LER NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-LEITOR

No dia da exibição do programa, houve duas entrevistas. Gravada quatro dias antes, a primeira foi realizada por Bial com o próprio Ministro da Justiça sobre a tragédia em que “soldados do exército deram 80 tiros em um carro de família, matando o pai e destruindo a família” em Guadalupe – RJ. A segunda, também gravada em momento anterior, Bial conversa com o Ministro Sérgio Moro sobre coisas do cotidiano. O apresentador inicia a conversa comentando que o Ministro chegou sorrindo para contrariá-lo, pois, poucos minutos antes, Bial o descreveu, entre outras coisas, como “maxilares quadrados e duros, ele dá pouco, raros sorrisos”.

Sérgio Moro agradeceu o convite do apresentador para estar no programa e relatou que ouvira, nos bastidores do programa, a informação de que havia vários estudantes de Direito na plateia. O Ministro descreveu o Direito como “uma profissão magnífica” e que ela oferece muitas opções de trabalho, “como advogado, como juiz, como promotor, além também de outras áreas”. Sérgio Moro, ainda, acrescenta, “normalmente envolve um grande idealismo, né... de lutar pela justiça. Sempre dentro do Direito, mas lutar pela justiça”. O Direito é uma carreira que o Ministro recomenda “fortemente”. Consideremos, a seguir, o trecho da entrevista que particularizamos, para este artigo:

Pedro Bial (PB) – Sérgio Moro (SM)

(...)

(PB): Sobre a pessoa tensa, como é que o senhor relaxa? Gosta de ouvir uma boa música?

(SM): Sim, olha, no fundo... ahah a minha vida é bastante comum, ordinária, não tem... ah eu gosto de ficar muito com a minha família, né. O trabalho como Juiz, não, não por causa da lavajato, mas mesmo antes sempre foi bastante intenso. Agora como Ministro vou... (risos) vou admitir também que o ritmo é muito acelerado.

(PB): Aumentou né, o ritmo de trabalho. Ou é diferente a qualidade?

(SM): É um trabalho...é um trabalho diferente.

(PB): O senhor não me respondeu a pergunta co... de como relaxa é... ouve músicas, leituras.

(SM): Olha, eu gosto bastante de ler biografia.

(PB): Qual foi a última que o senhor leu?

(SM): A última que eu li de biografia.... Puxa vida! Eu tenho uma péssima memória, mas...

(PB): Faz esse tempo todo doutor?

(SM): Han?

(PB): Faz esse tempo todo doutor?

(SM): Não, não faz não. Mas assim, eu vou citar um que eu gostei bastante. Um livro que...é até um livro em inglês que conta a história do segundo presidente dos Estados Unidos, John Adams. E até recomendaria aos estudantes de Direito, porque conta todo aquele processo da independência dos Estados Unidos (YOUTUBE, ACESSO EM 25/02/2020).

Como exposto, nossa análise parte de um recorte representativo sobre a maneira como o ato da leitura é significado e, assim, como o sujeito-leitor é instituído em determinada condição de produção. Desse modo, pensemos primeiramente a pergunta inicial do nosso recorte: “Sobre a pessoa tensa, como é que o senhor relaxa? Gosta de ouvir uma boa música?”. Em nosso primeiro recorte, destacamos que o entrevistador pressupõe que o cargo de Ministro demanda maior sobrecarga de trabalho em relação ao de juiz; por consequência, ele torna-se uma pessoa tensa. Em vista disso, questiona o que o Ministro faz para relaxar. Logo em seguida, antes mesmo do entrevistado responder à primeira pergunta, Pedro Bial acrescenta a questão se Sérgio Moro gosta de ouvir uma boa música. Esse modo de indagar uma pessoa, apontando na pergunta opção de resposta, pode impulsionar o entrevistado a aceitar a sugestão como sua resposta. Essa nossa interpretação parece se sustentar, tendo em vista a resposta do Ministro, “Sim, olha, no fundo... ahah”, seguida de pausas em sua enunciação falada, para dizer que sua vida é bastante comum e que ele gosta de ficar muito com a sua família.

Das tantas possibilidades que existem para relaxar, como, por exemplo, pescar, viajar, dançar, desenhar, musculação, pilates, yoga, enfim, ter um passatempo qualquer, Pedro Bial elege duas opções: ouvir músicas e leituras, reduzindo, desse modo, as possibilidades de respostas. Como probabilidade de resposta, Sérgio Moro poderia, em hipótese, dizer outras atividades que não essas duas possibilidades como, por exemplo, viajar para os EUA; poderia dizer as duas e, finalmente, dizer uma delas.

Aventamos outra questão: quais seriam os sentidos motivadores para Bial ter ligado “relaxar” – cremos no sentido de “procurar recreação” e “descanso” – a ouvir músicas e a leituras? Enfocamos, especificamente, a questão da leitura, tendo em por base a tomada de posição que se deflagra a partir da resposta do entrevistado. A tomada de posição do entrevistador está ancorada no pré-construído de que, então, a leitura seja uma ação que pode levar o sujeito ao descanso e ao divertimento. Há, dessa maneira, um consenso em que todos acreditam, ou pelo menos se espera que acreditem, que o ato da leitura – das tantas possibilidades que se pode atribuir a ele – pode causar relaxamento, e que essa prática é usada por pelo menos um grupo de pessoas para recreação. Por esse lado, as leituras, visto que Bial coloca no plural, são aceitas como uma prática social, que tem como uma de suas funções a diversão. Esse pré-construído leva o



entrevistador a acreditar que o entrevistado poderia se utilizar de leituras em seus momentos de repouso.

A pergunta do entrevistador está ligada a duas narratividades que a memória discursiva faz trabalhar. A primeira é a questão do tempo, marcado pelo “excesso de trabalho” versus “leituras”, “momento de relaxamento”. O que pressupõe que ler, necessariamente, consome tempo em contraposição ao trabalho, que se coloca como ação produtora. Há leituras, às quais Pedro Bial se refere, que ocupam outro tempo, que está em oposição ao tempo do trabalho. A segunda que consideramos é o caráter solitário dessas leituras, pois o entrevistador se dirige ao entrevistado, especificamente, a como ele relaxa. A pergunta não leva em consideração a diversão e o descanso familiar, como, por exemplo, se ela fosse dirigida desse modo: “O que o senhor faz para relaxar com a família? Passeiam no parque, viajam, vão para a casa de veraneio?”. Podemos pensar, por meio dessa narrativa, que ler é um ato solitário, que inclui modos variados de se apropriar dos textos lidos. O modo como entrevistado e entrevistador compreendem é que a leitura é para o relaxamento.

A resposta de Sérgio Moro é, como já sabemos, “gosto bastante de ler biografia”. Essa resposta pressupõe o mesmo pré-construído que liga ler e relaxar. O entrevistado poderia ter respondido que gostava de ler a Bíblia, livros jurídicos, jornais, mapas, astrologia do Olavo de Carvalho, filosofia, sociologia, história, enfim, um leque bastante amplo. Todavia, em uma perspectiva discursiva, o sujeito é definido historicamente. Assim sendo, ao tomar posição por um gênero literário, biografia, a resposta do entrevistado faz trabalhar a relação discursiva entre leitura literária e a ideia de descanso. Ele retoma sentidos pré-existentes ao significado de ler um texto literário. Sentidos que são constituídos pelas formações discursivas que o interpelam como sujeito.

Se voltarmos à pergunta feita por Bial, podemos dizer que nela há uma indicação discursiva que coloca em igual status ler e ouvir música, por um lado. O que poderia, desse modo, dados os efeitos das redes de memória, ter induzido Moro a responder um gênero literário, porque música e literatura são artes. Por outro lado, pressupõe uma correlação muito forte, pelo menos no plano do imaginário, entre o ato da leitura e a leitura literária. Desse modo, podemos pensar que há uma representação – não apenas entre entrevistado e entrevistador, mas também daqueles que assistem ao programa – que a resposta “correta” é leitura em relação a ouvir música, e que esta leitura seja de textos literários.

Isso significa que praticar leituras, ser leitor literário, ler literatura para descansar são representações que ainda parecem ter valor social. Considerando que, quando alguém diz algo de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade, isso faz parte da significação (ORLANDI, 2006); compreendemos que esse valor social atribuído ao ato de ler seja específico para certos grupos com poder aquisitivo capaz de dedicar tempo para o relaxamento com a leitura literária. O que pode ser notado no grupo social ao qual entrevistado e entrevistador parecem pertencer. Há aí uma evidência da divisão social de classes. É o ato de ler como ato cultural, constitutivo das práticas sociais da classe dominante, proprietária de um saber considerado legítimo a partir de suas condições histórico-sociais de produção.

Do ponto de vista discursivo, o texto está carregado de outros sentidos que não apenas uma informação. Embora as informações sejam importantes, é relevante destacar que os textos, também, trazem a ideia de unidade sustentada pela interpretação, a tentativa de convencimento do interlocutor sobre diversos assuntos, os textos estão constituídos de ideologia. Nesse sentido, enfatizamos que o compartilhar dessas leituras e o lugar ocupado pelos interlocutores – sujeitos-leitores – significam.

Ademais, vale pensar que os telespectadores – ávidos de conhecer a vida cotidiana do entrevistado – poderiam compactuar da mesma experiência de ler e do mesmo caráter simbólico diante da leitura literária. Essa discussão está além da possibilidade de análise, neste artigo, mas deixa em aberto a questão se podemos refletir sobre as representações de leitura literária que são construídas em nossa sociedade. Vale lembrar que a leitura está sujeita às variadas formas de como o leitor se relaciona com o texto, produzindo sentidos e, assim, pela leitura podemos distinguir um grupo social de outro, ambos caracterizados pelos discursos carregados por leituras outras que os representam e os constituem.

Retomamos a resposta do entrevistado: “gosto bastante de ler biografias”. É preciso considerar o uso do verbo “gostar”, que imprime a ideia de um tom subjetivo. Na ordem do gosto, o sujeito acaba por ser aceito em suas escolhas. Esse verbo “gosto”, de modo definidor e acrescido de um advérbio intensificador, “bastante”, determina que ele pode escolher o que ler. A ação da leitura literária para descansar pressupõe, em termos de pré-construído, que o sujeito opte por leituras a partir de seu gosto. É interessante pensar, pelo menos de um modo bastante geral, que o leitor literário é aquele sujeito que escolhe seus textos. Na tomada de posição em foco, neste artigo, a leitura literária estaria vinculada ao prazer de ler, diferente de ler por obrigação, como muitas vezes somos obrigados na escola e na universidade, ou pelos familiares.

Como já dissemos, esses diferentes sentidos significam que há modos diferentes de ler e de se apropriar do texto literário. Ler, por exemplo, biografias em uma disciplina na universidade, que pressupõe um caráter obrigatório, traria o mesmo prazer que um encontro feliz com um livro de biografia? Ou seja, a leitura literária no âmbito do processo de escolarização, mesmo que sendo do nosso interesse, teria o mesmo prazer que, quando escolhemos um livro, na estante, ou que recebemos uma indicação de leitura, ou que ganhamos de presente um livro?

São vários elementos motivadores para a leitura. Esses elementos encerram diferentes discursividades sobre a possibilidade da prática da leitura literária. Vamos mostrar um exemplo da autobiografia de Ricardo Piglia, *Anos de formação: os diários de Emilio Renzi* (2017). Nessa obra, Emilio Renzi narra sua vida a partir de suas leituras literárias. O primeiro encontro efetivo que Emilio tem com a literatura acontece aos 16 anos. Esse momento ocorre, quando ele, querendo namorar Elena, “uma linda garota, mil vezes mais culta que” ele, pergunta-lhe: “o que você está lendo?”. Emilio Renzi responde:

Eu (...) me lembrei de ter visto, na vitrine de uma livraria, *A peste*, de Camus, outro livro de capa azul, que tinha acabado de sair. *A peste*, de Camus, respondi. Me empresta?, ela disse. Lembro que comprei o livro e o li numa noite, depois de amassá-lo um pouco,

para no dia seguinte levá-lo ao colégio... Acabara de descobrir a literatura não levado pelo livro, mas por esse modo febril de ler avidamente com a intenção de dizer algo a alguém sobre o que tinha lido: mas o quê?... Eterna questão. Foi uma leitura diferente, dirigida, intencional, no meu quarto de estudante, naquela noite, sob a luz circular da luminária... De Camus não me interessa *A peste*, mas me lembro do velho que batia no próprio cachorro e que, quando afinal o cachorro foge dele, sai a procurá-lo desolado pela cidade. Quantos livros comprei, aluguei, roubei, emprestei e perdi desde então? Quanto dinheiro investido, gasto, esbanjado em livros? Não lembro de tudo o que li, mas posso reconstruir minha vida a partir das estantes da minha biblioteca (...) (PIGLIA, 2017, p. 28).

A partir dessa citação, vamos nos ater ao encontro feliz que Emilio Renzi teve com a literatura. Ainda que objetivada – para namorar Elena – a leitura de *A peste* produz no leitor esse desejo de continuar a ler e, sobretudo, de dizer a alguém aquilo que havia lido. O fato é que esse dizer sobre o que se leu compõe-se de um momento da leitura literária. Para os pesquisadores de literatura e formação do leitor, ela compõe a própria essência do trabalho como pesquisa, ensino e extensão. O compartilhar leitura é, sem dúvida, um dos instantes do prazer de ler, uma espécie de prolongamento do prazer obtido na leitura. Não é estranho, então, o fato de haver comunidades de leitores, círculos de leitura, fanfic e, inclusive, o avesso do compartilhamento de leitura: o spoiler.

Retomando as discursividades sobre a entrevista, exatamente no momento em que o entrevistado procura na lembrança o livro biográfico para anunciar como lido por último, ele diz sobre uma biografia que havia lido e que achou interessante. Essa biografia é anunciada como sendo do segundo presidente dos Estados Unidos, John Adams, e que está em inglês. Percebemos, pelas pausas na enunciação falada do Ministro, o esforço que faz para se lembrar da sua última leitura literária, e não o faz, tanto que o entrevistador pergunta “Faz esse tempo todo doutor?”. Embora o entrevistado negue o alongamento sobre o tempo em que realizou sua última leitura literária, apreendemos que ela não foi muito recente, tanto que prefere divulgar uma biografia que ele diz ter gostado bastante. E, mais, as suas leituras literárias não parecem possuírem caráter regular, no sentido de ser um hábito diário, assim como aparentam estar restritas apenas ao gênero biografia. Desse modo, a sua tomada de posição faz trabalhar o apagamento das demais formas textuais literárias como opções de leituras. Nesse sentido, a leitura literária surge em aspecto intervalar.

Destacamos, em um primeiro momento, o fato de ele dizer que gosta de ler biografia. Um gênero literário que tem ganhado tantos leitores atualmente. Podemos entender que, ao anunciar esse fato, o sujeito está antenado aos produtos culturais da época em que essa biografia é narrada. De modo geral, vale mencionar que esse gênero literário está estruturado entre dois pontos distintos, ainda que não contrários: 1) o primeiro ligado ao fato de narrar algo que ocorreu, visto que traz sempre a vida de uma personalidade que ganhou certo destaque. Esse “caráter verídico” acaba por aproximar a biografia à história. 2) o segundo liga a biografia ao caráter estético e ficcional, que é da sua essência e que a caracteriza com um

gênero literário. No entremeio de história e de ficção, de memória e de invenção, mas sem grandes contradições entre as partes, está a biografia.

Recorremos, neste ponto, às teorizações de Eni Orlandi (2007) sobre o silêncio. Conforme dito anteriormente, nessa perspectiva, o silêncio está carregado de sentidos. Desse modo, destacamos, em um segundo momento, que, quando o entrevistado diz gostar de ler biografia, associa esse ato a momentos de relaxamento, indica a leitura de uma determinada biografia – pelo seu conteúdo específico, em determinada língua –, ele deixa de dizer outras coisas. A constituição ideológica do sujeito define o que é dito e o que é não dito, o silêncio. Neste está o sentido.

Assim sendo, retomamos, em um terceiro momento, o enunciado produzido pelo Ministro de que gosta bastante de ler biografia. Esse dizer pressupõe que o entrevistado esteja pensando, por um lado, no caráter de prazer que o texto literário produz. Algo que se conecta à pergunta de Pedro Bial sobre o que fazer para relaxar. Por outro lado, ao recomendar essa obra para os estudantes de Direito, esse mesmo dizer produz uma proposta pragmática para a leitura do texto literário. A leitura da biografia de John Adams se torna objeto de conhecimento, algo para se aprender com a vivência do outro: leiam, aprendam e apliquem em suas vidas. Há, nessa tomada de posição, uma legitimação da leitura literária como forma de apropriação de conhecimento específico para um dado grupo social, em uma dada condição de classe. Algo como aconteceu com a obra *Arte da guerra* de Sun Tzu.

Queremos realçar, também, que, apropriando-nos daquilo que Emilio Renzi chama de eterna questão para o leitor: “dizer algo sobre o lido”, o dizer de Sérgio Moro permitiu que produzíssemos, rapidamente, duas observações sobre o recorte analisado neste artigo. A primeira é que ele leu a obra em inglês, não mencionando se há tradução para o português. Fato esse que, de algum modo, interliga o sujeito-leitor à lógica dos produtos da globalização. A língua inglesa é tomada, em seus dizeres, como um produto de consumo e, de certa forma, de indicação para os telespectadores que não são capazes de produzir leitura nessa língua. Isto é, a recomendação de leitura foi restrita aos leitores aptos a lerem em língua inglesa. Mesmo que os telespectadores sejam capazes de lerem na língua original do exemplar, não houve uma referência ao autor da biografia, editora, ano de publicação.

A segunda observação é a recomendação dessa leitura “aos estudantes de Direito, porque conta todo aquele processo da independência dos Estados Unidos”, o que faz esse fato parecer-se de conhecimento obrigatório para esse público. Pelo viés discursivo, compreendemos que o lugar que os interlocutores ocupam constituem aquilo que eles significam, assim, os discursos já têm interlocutores demarcados e isso está relacionado às formações discursivas dos sujeitos. Não se trata do falante em si, mas de sua posição no discurso.

Outra questão que pensamos é que, ao indicar a obra a um público específico, neste caso, os alunos do curso de direito, ou mesmo por sugerir-la em um canal de TV aberta, Sérgio Moro conseguiria fazer com que aqueles que assistiam ao Programa e, depois, aqueles que tiveram acesso ao vídeo por outros suportes e canais, – vale lembrar que essa parte da entrevista viralizou na internet – esse público geral ou específico leria essa obra, leria outra obra que falasse de

John Adams, leria o gênero biografia? Enfim, essas indicações de biografia ou de uma obra, ainda que de modo vago, podem produzir leitores literários?

Ainda que não tenhamos feito uma pesquisa sistematizada, é possível, como processo metodológico, entrevistar alguns espectadores do programa “Conversa com Pedro Bial” e, também, os tantos internautas que assistiram à entrevista depois de sua exibição no programa, para descobrir se eles foram comprar ou tentaram comprar a biografia indicada, bem como se estiveram mais atentos ao gênero biografia. Provavelmente, muitos desses telespectadores e internautas foram procurar o livro objetivando a compra. Talvez outros tenham terminado seus interesses, quando obtiveram resenhas e resumos em *sites* de busca como o *google*.

Podemos pensar, então, que, para além do lugar que ocupa o entrevistado, – Ministro da Justiça e da Segurança Pública – que ocupa o entrevistador, – um jornalista que possui uma carreira reconhecida – que ocupa o programa e o horário na maior rede de TV aberta brasileira, falar sobre um livro, compartilhar leitura, dizer sobre o que se está lendo pode promover a leitura literária. O sujeito identifica-se com um e não com outro sentido, constitui-se em uma e não outra posição discursiva; constitui-se em uma e, também, outra posição discursiva. Isto é, a sua formação é social, na relação com o outro. Vale lembrar, ainda, que, ao indicar um modo de se apropriar do livro – para que os alunos de Direito aprendam – se está ensinado uma maneira pragmática de ler o texto literário, pela qual se “retoma” uma discursividade pedagógica sobre os modos de escolarização da leitura literária. Há um funcionamento que “aciona” uma rede de memória sobre ensino de literatura e formas de apropriação do texto literário, consideradas de praxe formal, no sentido de tradicional, soando como pejorativo. A leitura literária como obtenção de conhecimento, como informação.

A existência de uma pergunta, que correlaciona leitura a descanso e uma resposta que faz comentários e indicação de público leitor, pressupõe que a pergunta seja do interesse dos telespectadores do programa televisivo. Na pergunta, há uma ideia de que ser leitor, ler literatura, descansar lendo um livro são coisas que estão “na mão” da população. Na resposta, também, estaria a possibilidade de compra de um livro ou de e-book em língua estrangeira, o que inclui uma complexa capacidade econômica – ter acesso a um computador ligado à internet, ter cartão de crédito internacional – e linguística – ter certo domínio do inglês para adquirir o livro e, depois, poder ler. Nessa tomada de posição, também, estaria uma relação direta entre certo grupo de leitores, no caso os alunos de Direito, e a obra sugerida. Há uma relação de classes, “a relação de forças, pela qual se liga o locutor ao lugar social do qual diz” (ORLANDI, 2006, p. 195).

Poderíamos discutir cada item desse levantado, neste artigo. Poderíamos, também, acrescentar outros, como a promoção da leitura literária, o mercado editorial, os produtos e bens culturais. Entrar ainda mais na questão do gosto sobre o literário, do gosto sobre biografias, sobre o domínio de outro idioma, bem como sobre os conhecimentos e textos necessários para que os alunos de direito terminem sua formação acadêmica.

De qualquer modo, todas essas questões – muito mais que respostas – estão articuladas a uma imagem espectral do sujeito-leitor literário. Leitor esse que pode. Por um lado, vacilar na memória como se compactasse todas as leituras

feitas, de modo que essas leituras se tornassem apenas uma. Ou, por outro lado, pensar que o leitor literário sofre do esquecimento, uma espécie de antifunes borgeano, em que nada lhe restasse na mente, ainda que tivesse lido toda sua biblioteca, restando apenas uma vaga ideia do título e um pequeno comentário sobre a obra.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, retomamos a ideia com que iniciamos este artigo: os cortes na educação básica e superior. Gostaríamos de articular, ainda mais, essa ideia à temática do nosso artigo, “os modos de ler e a constituição do sujeito leitor”. Como professores de línguas e literaturas, mediadores de leitura, formadores de leitores literários, pensamos na necessidade dos investimentos na educação em todos os níveis. Dentre as tantas urgências que temos para esses investimentos em educação, elegemos, a necessidade de criação, de manutenção e de ampliação das bibliotecas públicas. A existência de bibliotecas públicas com um acervo rico e alimentado periodicamente não garante, efetivamente, a presença de leitores. Como sabemos, livros literários parados em estantes não formam leitores. No entanto, há uma questão que é mais grave: a ausência de uma política pública de acervo de biblioteca aumenta ainda mais o número de não leitores. Não haver uma biblioteca municipal, biblioteca dentro das escolas, dentro das universidades, não haver uma política de compra periódica de acervo, agravam ainda mais qualquer projeto de formação leitora.

Importa reconhecer o leitor literário como um sujeito interpelado, ideologicamente, constituído pelas formações discursivas em que se insere. O sujeito vai se constituindo em diversas posições naquilo que ele enxerga sobre si e sobre o outro. Identificando-se, ou não, com determinados sentidos. Sobre os modos de ler, compreendemos que cada leitor constrói sentidos aos textos a partir de leituras outras, sejam elas literárias ou não. O sujeito-leitor se constitui em suas leituras, sobretudo, de mundo, pelo interdiscurso. Leituras definidas pelo lugar social em que esse sujeito ocupa. A leitura, inclusive a literária, é produção de efeito de sentidos, uma vez que pode ser diferente para cada leitor até mesmo para o mesmo leitor, dada as suas condições de produção.

No decorrer deste artigo, interessou-nos pensar e problematizar, essencialmente, a constituição do sujeito-leitor e os modos de significação atribuídos às leituras literárias a partir de suas condições de produção. Ressaltamos que as representações sociais de modos de ler e de escolher determinadas leituras em detrimento de outras configuram, para os sujeitos filiados a uma mesma formação discursiva, condições estabelecidas para a apropriação de textos e para as maneiras de lidar com esse texto. Como vimos pela análise, tratando-se da posição discursiva dos sujeitos, o discurso demarca os seus interlocutores. O lugar social que o sujeito ocupa, também, simboliza um papel importante nas relações sociais, sobretudo, pela representação que outro tem desse lugar.

Com efeito, podemos pensar, em hipótese, que os telespectadores do programa televisivo “Conversa com Pedro Bial”, ou aqueles que assistiram por outro veículo de comunicação, ao ouvirem a indicação de leitura do entrevistado, quisessem ler a biografia de John Adams ou começassem a conhecer o gênero biografia. Das tantas possibilidades que temos hoje para ter acesso ao texto literário como, por exemplo, comprar o livro ou o e-book em uma livraria – virtual ou física; baixar um arquivo em extensão “pdf” ou similares; emprestar a alguém ou a uma biblioteca; registramos que o acesso a um acervo rico e atualizado de uma biblioteca pública auxilia na formação do leitor. Ademais, embora passemos por um cenário perturbador em que a educação parece pertencer apenas à classe dominante, precisamos registrar, também, que o acesso à educação de qualidade e gratuita, que inclui acesso a livros, é um direito de todo cidadão e um dever do Estado.

---

### Referências

---

SILVA, Luiza Helena O. de; MELO, Márcio Araújo de. *Por um retorno ao texto e seus (dis)sabores*: pesquisa sobre literatura no ProLetras. Revista **EntreLetras** (Araguaína), v. 9, n. 2, p. 86-102, 2018.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 12.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014[1969].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014[1975].

PIGLIA, Ricardo. **Anos de formação: os diários de Emílio Renzi**. São Paulo: Todavia, 2017.

YOUTUBE. **Conversa com Bial- Bial recebe o ministro da justiça e segurança pública do Brasil, Sérgio Moro-completo!** Acesso em: 25 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gKPQK5Z5ZjM&t=721s>>.

---

### Para citar este artigo

---

BRITO, S. B. B. Constituição de leitura partindo de uma entrevista de Sérgio Moro. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli, Crato**, v. 10, n. 1, 2021, p. 387-402.

---

### Os Autores

---

MÁRCIO ARAÚJO DE MELO possui graduação em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal de Goiás (1993), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1997) e doutorado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Atualmente é professor adjunto ii da Universidade Federal do Tocantins. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de língua e literatura. Professor do ProfLetras Membro do GT/Anpoll Literatura e ensino. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, ensino de literatura, formação de leitores, literatura brasileira e literatura.

ANDREIA NASCIMENTO CARMO é doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Tocantins - PPGL/ UFT. Possui Mestrado em Ensino Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins - PPGL/ UFT; Graduação em Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Tocantins; é professora de Língua Portuguesa e Inglesa do Ensino Fundamental e Médio pela Secretaria de Educação e Cultura do Tocantins desde abril de 2010; atualmente exerce sua função no Colégio Estadual Guilherme Doutoramento em Araguaína.

JOÃO DE DEUS LEITE é graduado no Curso de Letras/Português, pela Universidade Estadual de Montes Claros (2007); é mestre (2010) e doutor (2015), pela Universidade Federal de Uberlândia. É Professor Adjunto na Universidade Federal do Tocantins. Foi membro do Conselho Municipal de Educação de Araguaína/Tocantins (2018-2019). Tem trabalhado com as seguintes temáticas: discursividades pedagógicas sobre o ensino e a aprendizagem de língua portuguesa em diferentes situações discursivas, identidade/identificação de diferentes grupos vulneráveis. É membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS).